

**Mesa 3**  
**Perspectivas para as Universidades brasileiras**

**Exposição de Carlos Alberto Marques – Observatório do Conhecimento e Presidente da Apufsc-Sindical**

Irei situar minha exposição a partir do que se constitui o Observatório do Conhecimento, que é uma rede de entidades sindicais do campo universitário, a qual busca reforçar a defesa de um tipo de conhecimento e do principal lugar onde o mesmo é produzido. Falo do conhecimento científico e o faço desde a universidade.

Falar sobre Perspectivas à Universidade Brasileira:

- É falar de algo urgente e conjuntural, pois é preciso **garantir sua sobrevivência**: o seu financiamento público, as condições para o exercício crítico e para a sua atuação plena em todas as áreas do conhecimento.
- É falar sobre como **enfrentar o problema da autonomia universitária**, envolvendo a regulamentação do Art. 207.
- É **defender um sujeito fundamental** à vida da universidade, que são os professores (que são também pesquisadores) e de um modelo de docência que prime pela liberdade cátedra, que tenha estabilidade laboral, seja valorizado e possa ser exercida com dedicação exclusiva)
- É **rediscutir o modelo de universidade** – essência de minha fala a seguir

Mas se perguntado: Qual perspectiva vejo para a Universidade Brasileira? Respondo. Muito ruim, se tomo como parâmetros as medidas do atual governo e sua coalisão governamental. Creio que nossas elites não precisam mais da universidade pública, preferindo colocar seus filhos/as a estudarem em outros países.

Isso tudo acontece em uma época de ascensão do populismo político, a serviço do ultraliberalismo econômico, onde deslegitimar a Ciência é parte de uma estratégia de poder para a manutenção de um sistema econômico em crise. Essa crise de legitimidade fermenta a proliferação de ideias obscurantistas e sedimenta um projeto autoritário e socialmente excludente, inclusive em nosso país. Atacar a universidade,

como uma das principais instituições do saber, lugar de crítica autônoma e rigorosa, é algo fundamental para esse projeto e seus governos de plantão.

São várias as formas de desfigurar e deslegitimar essa instituição, para além dos cortes orçamentários e ataques verbais. O Programa Future-se, por exemplo, representa uma verdadeira reforma e a implantação de um novo modelo de universidade. Ele, se aprovado, estreitará a função social da universidade e a quem ela deve servir. O Future-se apequenará a instituição ao direcionar o trabalho acadêmico apenas para um setor da sociedade, atrofiando as demais áreas do conhecimento. Nele, o trabalho acadêmico será reduzido à prestação de serviços. No fundo, sinaliza ao abandono dos investimentos públicos em pesquisa e na produção de conhecimento, tornando o país ainda mais vulnerável e dependente da compra de produtos de valor agregado. Em um país em processo desindustrialização crescente, os efeitos do Future-se se darão na nossa economia e sobre a soberania nacional.

Após a 4ª revolução industrial, por meio da ascensão de biotecnologias, das tecnológicas digitais e das ciências dos materiais, vários países desenvolvidos tem promovido iniciativas estratégicas para alavancar a chamada **revolução tecno-cognitiva** em base a inteligência artificial e internet das coisas, naquilo que hoje se chama a **era da Indústria 4.0**. Enquanto isso países periféricos como o nosso são tragados para uma espécie de **revolução contra-cognitiva**, a qual irá (re)definir o lugar específico do Brasil nas relações internacionais. Para que tudo isso ocorra é necessário processos sociais de legitimação que se apoiam, por exemplo, nos clássicos e novos sistemas de mídia que ajudam a propagar ideias estapafúrdias, as fake-news e valorização da auto-verdade, ou seja, se apoiam na *non science*. Essas **forças contra-cognitivas** encontram acolhida em governos como o nosso que, além de atacar e desmontar os sistemas de produção da ciência e de formação profissional de alto nível, agem para **desestruturar instâncias participação de democrática e de organização social de resistência**. Alçados ao poder por meio das chamadas guerras híbridas (David Barrios), governos como o nosso são capitaneados por ideias ultraliberais na economia e conservadores nos costumes e, caso prevalecem por muito tempo, conduzirão o mundo para uma crise civilizacional sem precedentes. É um triste e aterrorizante cenário onde triunfa a era da **mediocracia** – como bem definiu o filósofo francês **Alain Deneaut**.

São forças políticas e econômicas muito fortes que colocam a ciência em xeque e tentam reconfigurar o Modelo de Universidade (pública), adotado particularmente nas 63 universidades federais. É a partir dessa situação objetiva que se deve pensar o futuro das universidades.

Antes de comentar sobre Modelo(s) de universidade, desejo afirmar uma premissa, talvez óbvia para muitos, sobre a relação entre financiamento e autonomia universitária: ***sem financiamento não há autonomia e por meio do financiamento os governos buscam controlar as universidades. Quem financia, controla.*** E, sobre essa matéria, lembro que está tramitando aqui na Câmara Federal um PL sobre autonomia universitária. Várias entidades entendem haver a necessidade de uma regulamentação do Art. 207 da CF e termos uma espécie de Lei Orgânicas das Universidades.

Contudo, pondero para o fato de que, na prática, a obrigação constitucional só levará à autonomia desejada se forem assegurados às universidades públicas os orçamentos específicos indispensáveis para a promoção da pesquisa, da extensão e dos investimentos correspondentes. **A pergunta é se o Projeto de Lei assegura estes recursos?** E, no que diz respeito à composição do próprio orçamento das universidades, **outra pergunta** se põe: é possível assegurar a autonomia dispondo as universidades públicas de um **orçamento engessado**, totalmente vinculado (80% para pessoal) e, portanto, insuficiente para viabilizar a pesquisa, a extensão e a inovação? O Projeto de Lei resolve este problema? Nesse sentido, devemos olhar com atenção o modelo de financiamento e autonomia praticado nas universidades a mais de 30 anos.

Dito isso, faço agora uma reflexão sobre o Modelo de Universidade, por meio de **três questionamentos**. O primeiro deles é:

***Em nosso atual modelo de universidade, quem mais prepondera: a universidade da graduação, a universidade da PG-Capes ou a universidade da Pesquisa (CNPq, Finep, FAPs)?***

Somos herdeiros do modelo baseado no tripé ensino-pesquisa- extensão que segue, grosso modo, o modelo-sistema alemão de Humboldt, implantado na Universidade de Berlim em 1819. Esse modelo também inspirou o(s) sistema(s) de ensino superior americano, mas cujo baricentro é a pesquisa - que nos dias atuais volta-se mais à interação com o mundo comercial (o *business*) e à inovação, dando-lhe um sentido mais

pragmático e funcional. Claro, esses dois sistemas-modelos universitários, alemão e americano, têm variantes e se estruturam de forma diversificada quanto aos tipos de instituições e funções científico-acadêmicas que exercem.

Já o perfil atual das universidades públicas (federais) brasileiras, ainda que baseado no mesmo princípio fundante da **universidade humboldtiana**, acabou por adotar uma prática mais funcional. Nossas universidades foram atendendo demandas (variadas, mas descontinua) mais de agentes indutores-financiadores externos, preponderantemente governamental, muito mais do que agentes econômicos, industriais e sociais. De modo que nosso modelo de universidade foi sendo “adaptado” as circunstâncias, que depois se consolidou com o acordo MEC-USAID. Como nos ensina Adam Ferguson, “as instituições humanas são resultado da ação humana, mas não necessariamente de um desígnio ou projeto”.

Um aspecto histórico que ajudou a conformar a identidade da jovem universidade brasileira foi trazer para dentro do meio acadêmico a **resistência democrática** e a luta por direitos individuais. Tal pauta ainda ocupa o meio acadêmico na forma de debates, dos direitos à participação, na eleição de reitor e outras lutas políticas. Isso por vezes conflita com o tempo acadêmico. Não poucos pensam que isso desfigura a universidade e é uma pauta da esquerda. Mas lembro que participar e educar são palavras intercambiáveis e devemos tomar como lição a ideia de que “**participar é educar e apreender, mas a educação é igualmente participação e aprendizado**”. Por tudo isso, a universidade brasileira continua sendo uma instituição chave na construção dos assuntos públicos e à democracia brasileira.

Entretanto, quando olhamos para o que restou do modelo original de universidade que adotamos, percebemos que por meio de mecanismos de asfixia orçamentária de custeio, capital e até de pessoal, o peso da mão do(s) governo(s) foi determinando a vida universitária, inclusive e principalmente sobre o que nela se produz. Perdeu-se a autonomia inclusive didática. O **governo, de agente de custódia dos recursos públicos**, essenciais ao funcionamento das universidades, passou a usar esses recursos para nos tutelar e controlar. Por meio das ações dos vários governos **nosso modelo de universidades se aproximou muito ao modelo americano de uma universidade de serviços**. E a ideia original de Darci Ribeiro, de uma universidade

necessária ao desenvolvimento soberano de país foi perdendo força e aos poucos nos tornamos mais vulnerável e subalterno aos interesses exógenos aos nossos.

Meu **segundo** questionamento é: ***Precisamos mudar nosso modelo e por qual razão?***

Parece que sim e é isso que o Governo Federal está indicando, mesmo que essa nossa jovem universidades seja inequivocamente exitosa – quando comparada com as seculares universidades de outros país. Os indicadores educacionais não deixam dúvidas: somos responsáveis por cerca de 90% da pesquisa nacional.

O atual governo, agindo a fórripes, tenta impor mudanças nas universidades federais em base a aspectos ideológicos, suas prioridades financeiras e pela concepção do papel do estado na sociedade. Todavia, também outros governos impuseram mudanças, mais ou menos radicais, às universidades. Fico apenas nos mais recentes. Na época do governo FHC, a implementação do sistema avaliação e remuneração por produtividade docente tanto na graduação quanto e principalmente na PG, foi impulsionador desse modelo de universidade mais funcional que permanece até hoje. Já os governos petistas, por meio maciça da expansão de vagas, atribuiu às universidades uma atribuição forte à qualificação profissional, mesmo que não em detrimento à pesquisa. Em meu modo de ver, isso também reforçou o modelo de universidade de serviços, mesmo que inovando quanto ao setor da população atendida, via a inclusão social dos mais pobres no ensino superior.

Meu **último** questionamento é sobre ***qual modelo se ajusta melhor as nossas aspirações nacionais?***

Essa não é uma resposta simples e precisa envolver muita gente. Mas precisa, antes de tudo, que se reafirme a necessidade da universidade para o desenvolvimento de um país que seja soberano. Nesse sentido o Congresso Nacional tem papel destacado.

Penso que um país como o nosso, absurdamente desigual econômica e socialmente, mas também um país pleno em recursos naturais e com um povo muito criativo e culturalmente plural, esse país pode colocar em pé estruturas acadêmicas e científicas inovadoras. Não se trata de desconhecer o modelo praticado nas 63 universidades federais, mas de aperfeiçoá-las a tal ponto que essas mudanças nos leve a um novo desenho ou modelo institucional.

Para finalizar, **em nome pessoal, a seguir esboço apenas alguns poucos elementos para defender um amplo debate sobre qual modelo de Universidade o país precisa ter.** Seria esse, por exemplo, um modelo dual ou diferenciado, mais pragmático ou mais intelectualizado? Se não debatermos isso continuaremos praticando apenas a retórica sobre ao que nos orienta é a indissociabilidade entre ensino-pesquisa-extensão.

O momento exige uma visão sistêmica de universidade, cujo modelo, organização e funcionamento elimine as barreiras da disciplinaridade, da departamentalização, da mesmice acadêmico-pedagógica e da pouca eficiência na gestão administrativa. Ingredientes estes que acabam dificultando a plena realização dos seus fins. Temos, portanto, a necessidade de uma profunda reforma pedagógica para integrar o ensino e a pesquisa, no sentido da valorização da autonomia do estudante alicerçado o aprendizado por investigação. Já no campo da pesquisa, seu fortalecimento substantivo só ocorrerá com financiamento público e com a desburocratização para a valorização do tempo do pesquisador. No modelo atual, baseado no tripé ensino-pesquisa-extensão, esse tempo é tomado em atividades paralelas e contraproducentes. Um modo de superar isso poderia ser a adoção da figura do professor assistente, que desempenharia funções de apoio ao ensino, sempre sob coordenação e responsabilidade de um pesquisador sênior.

Esses registros são apenas alguns traços para o desenho de um novo modelo cuja centralidade é a pesquisa. Uma pesquisa que se volta ao ensino, em uma dinâmica e organização pedagógica para favorecer a curiosidade dos jovens e para o domínio de processos de investigação. Um sistema de profissionalização ativo e não passivo. Esse formato e dinâmica pedagógica reconhece que a informação científica não é só ou mais uma propriedade da escola/universidade. Já a outra “faceta” da pesquisa acadêmica, mais profissional, sistemática e inovadora, focada na produção de conhecimento científico e também resolutiva de problemas de toda natureza e para todos os setores da sociedade, se organizaria em formas e etos específicos dentro da própria universidade, fluindo ao externo por meio da extensão universitária.

Assim, fundada na criatividade da pesquisa e alimentando-se na liberdade e no mérito acadêmico, a moderna universidade passa a ser ágil e mais eficiente. Ela, no entanto, precisa estar comprometida com um projeto de nação, atendendo às

aspirações de nossa identidade histórico-cultural e voltada ao desenvolvimento soberano do país. Mas não se faz isso sem um vigoroso sistema de CT&I, com financiamento público, interagindo permanente e organicamente **tanto** com centros produtores de conhecimento **quanto** com setores econômicos e sociais. A moderna universidade precisa ser internacionalizada, tanto na defesa de valores universais, dos ideais humanitários e do bem comum - como é o caso do ambiente - quanto nas trocas com o qual aprende e coopera, independente de fronteiras e eixos geopolíticos.

Nós do Observatório do Conhecimento queremos contribuir e nos somar às iniciativas como essa que articulam diferentes atores sociais em defesa do conhecimento científico. Buscamos atuar em confronto com o senso comum e as fake-news, combatendo todo tipo e sistemas de comunicação que desvaloriza o conhecimento e a verdade. Posto de modo afirmativo, atuamos em **defesa do conhecimento científico e cultural**. Na defesa dos **locus produtores** desse tipo de conhecimento. Na defesa **dos produtores** desse conhecimento. Na defesa dos marcos e sistemas normativos desse tipo de conhecimento. Na defesa do **financiamento** desse (tipo de) conhecimento.

Nossas tarefas são muitas e a luta continua valendo a pena. Nosso Brasil precisa muito. **Obrigado.**